

Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro reflexões em torno da região Noroeste Fluminense

Bruna Piraciaba
Linovaldo Lemos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIRACIABA, B., and LEMOS, L. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro: reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. *Revisitando o território fluminense, VI* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 151-166. ISBN: 978-85-7511-457-5. <https://doi.org/10.7476/9788575114575.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro: reflexões em torno da região Noroeste Fluminense

*Bruna Piraciaba
Linovaldo Lemos¹*

1. Introdução

O jornal *O Globo*, em 26/10/2014, buscava sintetizar, por meio do título de uma matéria, o quadro da estagnação vivenciada por uma região do estado do Rio de Janeiro (ERJ): “Noroeste Fluminense enfrenta esvaziamento econômico e dificuldades na geração de renda”. Longe de ser uma notícia referente a um quadro sazonal de dificuldade na região, esse título figura como uma espécie de epígrafe que tem sido utilizada, por vezes em tons ainda mais incisivos ou mais opacos, para identificar e singularizar o Noroeste Fluminense *vis-à-vis* o ERJ.

Analisa-se, aqui, as transformações pelas quais essa região tem passado, situando-as no contexto mais amplo das dinâmicas territoriais do ERJ. Pretende-se, com isso, lançar luz sobre essas dinâmicas e compreender as mudanças por que tem passado o Noroeste Fluminense (NOF), procedendo-se a uma caracterização socioeconômica e ao estabelecimento de diferenciações internas entre os municípios que compõem a região.

Nessa perspectiva, a pesquisa se baseia em dados secundários disponibilizados por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae-RJ); Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj); Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e Ministério do Trabalho. Também recorre a alguns trabalhos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Esses dados são analisados à luz de uma bibliografia que versa, direta ou indiretamente, sobre o tema da dinâmica territorial no ERJ.

¹ Instituto Federal Fluminense (Campos).

Ao centrar a análise no NOF, o texto privilegia, como procedimento metodológico, a coleta e a análise de dados capazes de auxiliar no estabelecimento de um perfil geral dos municípios que compõem a região, trazendo indicadores para caracterizá-la e situá-la no contexto do ERJ. Munidos de dados dos últimos censos (1991, 2000 e 2010), este ensaio busca contribuir para a compreensão da atual realidade dessa região, de modo a apontar as principais transformações por que passa, bem como o respectivo papel no contexto estadual.

Acompanham este estudo três pressupostos básicos no que diz respeito às escalas de análise que nortearam a pesquisa e que precisam ser apontados de antemão.

Em primeiro lugar, parte-se do pressuposto básico de que os municípios têm importância como entes federados dotados de prerrogativas constitucionais que os capacitam a formular e implementar políticas públicas em diversas áreas, tendo, por isso mesmo, grande capacidade de intervenção na realidade local e na vida do cidadão. Reside aí, em grande parte, o atual interesse da geografia política no município (Castro, 2005). No entanto, o reconhecimento da importância do município não exclui uma abordagem que procure articular as escalas para além do recorte municipal.

Em segundo lugar, tem-se o pressuposto de que as escalas de ação – no presente caso, a regional – são concebidas como construções históricas e como um foco de contestações e disputas de diferentes atores sociais (Vainer, 2001; Castro, 2005; Cruz, 2003). Pensar o NOF significa conceber a multiescalaridade dos fenômenos em suas imbricações e em seu realizar-se espaço-temporal.

2. Danças e contradanças de um estado em transformação

A atual configuração territorial do ERJ resulta de um processo histórico marcado pelo papel de centralidade desempenhado pela capital no contexto da federação e, concomitantemente, pelos desafios que isso trouxe para as relações entre a capital e as partes que compõem o estado – grosso modo, o interior. Para além da questão da forte discrepância entre os pesos econômico, social, político e cultural da capital e da região metropolitana em relação às demais regiões do estado, tem-se ainda a questão do papel desse interior em face de um estado com forte peso da Região Metropolitana (Alentejano, 2005; Ribeiro, 2013). Em outras palavras, o que está em jogo aqui é a compatibilização das forças de aproximação e o distanciamento entre o todo e as partes que compõem um estado da federação que tem como particularidades: i) o papel de centralidade desempenhado pela cidade do Rio de Janeiro; ii) o peso e a forte concentração da população e das atividades produtivas na Região Metropolitana; iii) o papel desempenhado – e atribuído – ao interior nesse contexto, bem como a integração territorial-produtiva e política desse interior em relação ao centro.

Assim, há um importante pano de fundo representado pelas engenharias territoriais processadas no ERJ (Silva, 2011) e o papel que desempenharam no engendramento da atual configuração territorial. Tomemos, *en passant*, a transferência da capital para Brasília em 1960, a criação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro no mesmo período e o processo autoritário de fusão dos dois estados em 1974, em pleno período militar. Entre danças e contradanças, criou-se a situação de um Rio de Janeiro *versus* o Rio de Janeiro (Motta, 2007), que se traduziu na “inexistência de coesão e de laços de solidariedade territorial” (Davidovich, 2001, p. 2) e numa singularidade em que capital e interior figuraram como “duas vidas, se não autônomas, pelo menos paralelas e relativamente independentes” (Galvão, 2009, p. 89).

É igualmente importante levar em consideração o quadro de crise – real ou imaginada – trazido na esteira da perda do papel de capital do país pela cidade do Rio de Janeiro e os desdobramentos com a posterior fusão. De forma aberta ou velada, atribuiu-se ao interior o papel de um espaço arcaico, agrário e conservador,² símbolo do atraso com que a antiga capital agora teria de se confrontar e lidar.

A premência de uma análise mais acurada tem sido repetidamente apontada por pesquisadores dedicados a esse estudo, ponto de vista compartilhado pelo autor deste artigo. Esses pesquisadores advogam a necessidade de uma posição mais nuançada, compreendendo que a tão propalada crise, cujo principal indicador tem sido a redução relativa da participação na composição do PIB da capital e da Região Metropolitana em relação ao conjunto das regiões do estado, deve ser situada num contexto mais amplo de transformações processadas no território fluminense, principalmente a partir dos anos 1980.

Cabe, portanto, um olhar mais abrangente sobre o território do ERJ, com uma abordagem menos “carioca-centrada” (Cruz, 2013) e mais preocupada com os elementos que, atualmente, promovem a integração do “território fluminense” em torno do “crescimento e da dinamização de certas atividades econômicas” e das redes logísticas que compõem seu território (Lemos e Rodrigues, 2014). No sentido de problematizar e compreender essas transformações é que nos referimos a uma *nova ordem territorial* (Binsztock, 1999) em andamento no ERJ, com a mudança do papel das diversas áreas que compõem o estado (Limonad, 2004), o que tem promovido um novo ordenamento territorial e uma nova regionalização econômica (Oliveira, 2005).

Ribeiro e Marafon (2009), por seu turno, afirmam que, nos últimos trinta anos, o ERJ “apresenta uma diversidade de situações provocadoras de mudanças geradoras de novas formas de organização representadas por inúmeras inovações” tanto na metrópole quanto no interior. Reconhecer essas novas dinâmicas, contudo, não significa menosprezar o papel desempenhado pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente pela capital.

De fato, parece que o discurso sobre a *crise* da cidade do Rio predomina em muitos casos, seja na visão do Rio de Janeiro como uma “baleia encalhada” (Urani, 2008), seja como uma cidade “em busca de autoestima” (Lessa, 2005), seja ainda a visão de uma cidade – e de um estado – que se encontraria na “hora da virada” (Urani e Giambiagi, 2011), em função do avanço das atividades petrolíferas, da expansão dos investimentos públicos e privados, bem como da emergência da cidade do Rio de Janeiro como centro de grandes eventos.³

² A esse respeito, ver o excelente artigo de Limonad (2004), que analisa, situa e contrapõe-se à ideia de um esvaziamento econômico no Rio de Janeiro a partir da fusão. Ver também o artigo de Evangelista (2005), no qual ele aponta o que chamou de *luta pela fusão e luta pela desfusão*, bem como a contraposição de visões contrárias e favoráveis ao processo em pauta.

³ Há que se ressaltar que essas oportunidades trazem consigo uma série de desafios à continuidade do processo de crescimento econômico, à melhora da gestão pública na questão fiscal e orçamentária, bem como nos aspectos sociais, como violência urbana, educação ou acesso aos serviços (Pinheiro e Veloso, 2012). Na mesma direção, alguns pesquisadores têm reiterado a necessidade de cuidados na aplicação dos recursos oriundos do setor petrolífero – em muitos casos, a principal

Para além da cidade do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana, alguns estudos têm demonstrado a crescente importância do chamado “interior” do estado, com a análise de diferentes questões, experiências e realidades centradas no ERJ, em seus municípios e regiões (Fauré e Hasenclever, 2003 e 2005; Fauré et al., 2008; Marafon e Ribeiro, 2003, 2008, 2010, 2012). De forma geral, esses estudos vão ao encontro da ideia já referida aqui de que ocorre um processo de transformação nas dinâmicas territoriais do/no estado, com a crescente importância do interior. Esses autores também têm destacado, para além da predominância socioeconômica da capital e da Região Metropolitana, a tendência a uma desconcentração das atividades produtivas e a uma consolidação dos espaços especializados e de crescimento demográfico ao longo das principais rodovias que cortam o estado (Limonad, 2004). Como resultado, tem-se um processo de “desconcentração” das atividades econômicas, com a reorientação de investimentos e a movimentação da população no território fluminense (Medeiros Júnior, 2013).

Focando-se nas áreas rurais, Rua (2007) corrobora essa ideia, ao defender que existe “emergência de novas territorialidades”, a partir de “eixos de maior densidade de urbanidades” nas áreas rurais do ERJ. De forma complementar, Lemos e Rodrigues (2014) defendem a ideia de que “vem ocorrendo uma transformação na dinâmica territorial do estado” capaz de, progressivamente, imprimir maior coesão às “suas diversas regiões, em função do crescimento e da dinamização de certas atividades econômicas, bem como do papel desempenhado pelas redes logísticas articuladas aos portos” (Lemos e Rodrigues, 2014, p. 45).

A identificação dos setores e atividades econômicas responsáveis por essas transformações, bem como a análise e a caracterização das regiões, fogem ao escopo deste artigo. Neste ponto, o que nos interessa de perto é o papel do NOF no contexto das transformações territoriais, o que se fará a seguir.

3. O cenário do Noroeste Fluminense e o papel de Itaperuna

A região NOF foi criada em 1987, a partir do desmembramento do Norte fluminense. Cruz (2007) salienta que, após décadas de reivindicação regionalista, a busca pela “independência” da região Norte Fluminense, mais especificamente em relação a Campos dos Goytacazes, resulta, entre outros fatores, do fato de esse município monopolizar a atenção e os recursos da iniciativa privada e dos governos estadual e federal na escala da outrora região Norte-Noroeste Fluminense.

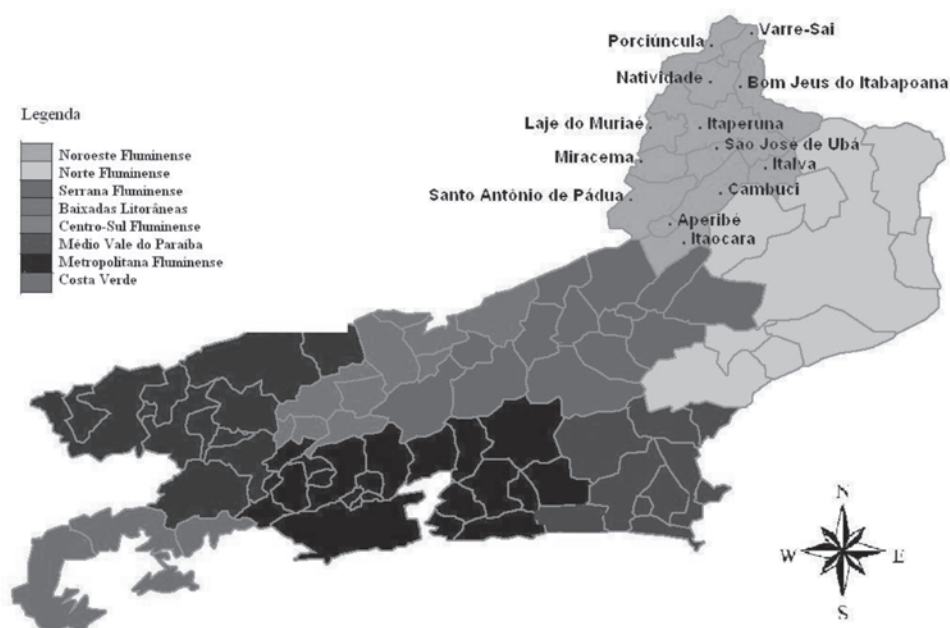
Em meio a essa busca por emancipação, foram criadas “formas próprias de organização, buscando construir um discurso e uma pauta própria, ancorados na identidade territorial do NOF” (Cruz, 2003, p. 238). No entanto, alguns autores como Costa (2012) ressaltam que, mesmo com a cisão ocorrida em 1987, não houve o fim da periferização do NOF em relação

fonte de arrecadação. A esse respeito, vejam-se as publicações disponíveis no site do mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (<http://cidades.ucam-campos.br/index.php/producoes/publicacoes>), bem como na revista do referido programa (<http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>).

ao Norte Fluminense e ao município de Campos dos Goytacazes, questão que será abordada mais adiante.

Atualmente, a região é composta por 13 municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai, conforme se observa na Figura 1.

Figura 1. Cartograma do estado do Rio de Janeiro, regiões de governo e municípios da região Noroeste Fluminense.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os desmembramentos municipais podem ser identificados em três momentos: final do século XIX, com a criação dos municípios de Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Cambuci; anos 1930-1940, com a criação dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Natividade e Porciúncula; e o último período, nos anos 1980 e 1990, com a emancipação de Italva (1986), Aperibé (1993), Varre-Sai (1993) e São José de Ubá (1997), desmembrados, respectivamente, de Campos dos Goytacazes, Santo Antônio de Pádua, Natividade e Cambuci.

O exame dos dados relativos aos períodos de 1991/2000 e 2000/2010 nos esclarece que o NOF é a região de menor densidade demográfica, com as menores taxas de crescimento populacional e a menor taxa de urbanização das regiões administrativas do estado (Tabela 1).

Tabela 1. Taxa média geométrica de crescimento anual, taxa de urbanização e densidade demográfica, segundo as regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro (1991-2000 e 2000-2010)

Regiões de governo	Taxa média geométrica de crescimento anual (1991-2000) (%)	Taxa média geométrica de crescimento anual (2000-2010) (%)	Taxa de urbanização (2010) (%)	Densidade demográfica (1) (hab/km ²)
Estado	1,32	1,06	96,7	365,23
Região Metropolitana	1,17	0,86	99,5	2.226,43
Região Noroeste Fluminense	0,97	0,65	82,6	59,16
Região Norte Fluminense	1,51	1,97	88,1	87,21
Região Serrana	1,02	0,69	85,8	116,15
Região das Baixadas Litorâneas	4,17	3,76	87,6	160,56
Região do Médio Paraíba	1,39	0,86	95,6	138,22
Região Centro-Sul Fluminense	1,20	0,69	85,5	89,64
Região da Costa Verde	3,54	3,44	91,6	115,79

Fonte: Adaptado da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj).

A análise da Tabela 2 permite acompanhar a oscilação da população absoluta dos municípios entre os anos de 1991 e 2010. Note-se, em primeiro lugar, que, em 2010, somente Itaperuna se aproximava dos cem mil habitantes, pois os demais municípios estavam na faixa inferior a cinquenta mil habitantes, alguns até com pequena população, como, por exemplo, São José de Ubá, Laje do Muriaé e Varre-Sai, com menos de dez mil habitantes.

Tabela 2. População total dos municípios da região Noroeste Fluminense (1991-2010)

Municípios	1991	2000	2010
Aperibé	-	8.018	10.213
Bom Jesus do Itabapoana	29.873	33.655	35.411
Cambuci	21.011	14.670	14.827
Italva	12.764	12.621	14.063
Itaocara	22.933	23.003	22.899
Itaperuna	78.000	86.720	95.841
Laje do Muriaé	7.464	7.909	7.487
Miracema	25.091	27.064	26.843
Natividade	21.765	15.125	15.082
Porciúncula	14.561	15.952	17.760
Santo Antônio de Pádua	39.600	38.692	40.589
São José de Ubá	-	6.413	7.003
Varre-Sai	-	7.854	9.475

Fonte: IBGE.

Dados organizados por Neves (2006) a partir dos Censos Demográficos de 1950, 1970 e 1980, aliados àqueles apurados na presente pesquisa (Censos de 1991, 2000 e 2010), demonstram um quadro de municípios que enfrentaram estagnação, lento crescimento ou até mesmo a perda de população (em maior ou menor grau), ao longo de todo esse período. Parte da explicação para esse baixo crescimento demográfico e para a queda da população em alguns municípios da região Noroeste está nas emancipações e na consequente *divisão* da população, conforme já citado. No entanto, cabe ressaltar que o principal fator desse quadro deve ser buscado em questões ou problemas estruturais da economia regional, caracterizada por baixo dinamismo e pela incapacidade de reter a força de trabalho ao longo das décadas (Oliveira et al., 2005), o que pode ser sintetizado na ideia do NOF como uma região-problema (Cruz, 2003; Natal e Oliveira, 2004; Silva, 2006; Oliveira e Natal, 2004).

Se tomarmos em conjunto os dados dispostos nas Tabelas 1 e 2 e acrescentarmos os dados apresentados na Tabela 3, que demonstra a diminuição relativa da participação do PIB da região NOF no conjunto das regiões do ERJ entre os anos de 2000 e 2010, teremos alguns elementos apontando para o esvaziamento econômico da região. Tal esvaziamento é refletido na baixa participação do Noroeste no PIB estadual: em 2000, a participação era de 1,23%, diminuindo para 1,05% em 2010, representando, assim, o menor PIB entre as regiões do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3. Produto Interno Bruto das regiões do estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.000) (2000-2010)

Regiões de governo	PIB 2000 (R\$ 1.000)	Participação da região (%)	PIB 2010 (R\$ 1.000)	Participação da região (%)
Estado	118.711.624		344.405.425	
Região Metropolitana	88.298.966	74,38	223.424.276	64,87
Região Noroeste Fluminense	1.454.906	1,23	3.630.073	1,05
Região Norte Fluminense	8.771.009	7,39	43.039.118	12,5
Região Serrana	4.820.355	4,06	14.127.379	4,1
Região da Baixadas Litorâneas	4.601.532	3,88	20.473.343	5,94
Região do Médio Paraíba	8.023.542	6,76	25.322.904	7,35
Região Centro-Sul Fluminense	1.434.809	1,21	3.943.155	1,14
Região da Costa Verde	1.306.506	1,1	10.445.178	3,03

Fonte: Ceperj.

A principal explicação para o baixo dinamismo econômico do NOF consiste, em sua origem, nos problemas do setor agrário. Tradicional área produtora de café (parte de uma grande área produtora que se estendia da Zona da Mata Mineira ao sul do Espírito Santo), a região passou a sofrer os reveses da erradicação desse cultivo a partir da primeira metade do século XX. Com uma produção de café considerada de qualidade inferior e inadequada à exportação, minguaram paulatinamente os recursos governamentais e, com isso, assistiu-se à instauração de um quadro de crise já nos anos 1960.

Itaperuna, o principal produtor de café de então, foi o município mais prejudicado (Cruz, 2003). Nesse contexto, a atividade leiteira surgia como substituta para a decadente cultura cafeeira: em 1941, foi fundada a Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda. (Capil), congregando os produtores de leite da região. Em 1961, com a instalação da fábrica de leite instantâneo Leite Glória em Itaperuna, a pecuária leiteira passou a figurar como uma possível alternativa ao café (Silva, 1997 e 2006), muito embora não tenha conseguido, isoladamente, reverter o quadro de baixo dinamismo econômico da região. Assim, buscando caracterizar a economia local, o município de Itaperuna tem como uma das fontes de geração de renda para a população a produção leiteira, liderando essa produção, segundo o IBGE, com 28.920 mil litros no ano de 2010. Atualmente, Itaperuna conta com a instalação da empresa paulista Quatá, que já opera em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e também com a empresa de laticínios Marília. Além das fábricas de laticínios, o município tem a Fábrica Boechat Ltda., voltada ao mercado de freios para veículos pesados, além de pequenas e microempresas no setor de confecção. Marafon et al. (2011) assinalam que, no decorrer da década de 1970, a região já vinha se firmando como uma das principais produtoras de produtos lácteos do estado, produzindo leite, iogurte, manteiga e leite em pó, entre outros. Apontam que, além da atividade de agropecuária, a região se destaca na produção de tomate e cana-de-açúcar; nos municípios de Varre-Sai, Porciúncula e Bom Jesus do Itabapoana, acrescenta-se a produção de café.

No contexto do ERJ, o NOF é a região com maior peso da agropecuária na composição de seu PIB regional (5,1%), segundo dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2014), representando uma porcentagem bastante superior à média do estado, o que está em consonância com a importância da pecuária e da agricultura para a economia dos municípios que compõem essa região. No entanto, a despeito de sua importância, hoje a agricultura enfrenta sérios problemas socioambientais, relacionados, primordialmente, ao desmatamento. Incluídas por Gomes et al. (2009) como parte do conjunto dos municípios do ERJ que são áreas de vulnerabilidade e de pressão antrópica, as ínfimas áreas florestais remanescentes encontram-se dispersas e correm risco de desaparecer.

Para Soffiati (2015), o desmatamento é o principal problema da região Noroeste Fluminense, na medida em que comporta, ao mesmo tempo, uma questão ambiental e uma questão social. Para ele, o desmatamento é responsável não só pela destruição do ecossistema, com a perda de sua rica biodiversidade, como também gera empobrecimento social, na medida em que desempenha papel relevante no êxodo rural e nas dificuldades da agricultura.

Nesse contexto de problemas ambientais, a região também enfrenta problemas drásticos de abastecimento de água, o que prejudica a população local e as atividades econômicas. A bacia hidrográfica do rio São Domingos, que abrange os municípios de São José de Ubá e Itaperuna, representa uma das áreas mais secas e degradadas no Noroeste. O desmatamento, a erosão dos solos e o assoreamento dos corpos d'água alteram o ciclo hidrológico e prejudicam a reposição dos aquíferos (Gonçalves, 2008), o que colabora para esse quadro de crise do setor agrário.

Apesar do peso da agropecuária no contexto estadual, é o setor de comércio e serviços que concentra a maior participação da atividade econômica na região NOF, com a administração pública ocupando o segundo lugar na região (35% de participação no valor adicionado bruto em 2010) (Sebrae, 2015). Ao se comparar a participação de seus setores de atividade econômica com o ERJ, percebe-se, na região, maior participação da administração pública (18% no ERJ e 35% na região

Noroeste) e da agropecuária, e menor da indústria (30% no ERJ e 14% na região), do comércio e de serviços (51% no ERJ e 46% no Noroeste).

O peso da administração pública se reflete na geração de empregos formais, sendo o percentual de funcionários públicos em relação ao total de empregos formais maior na região em 2012 (24%) do que no estado do Rio de Janeiro (17%). A administração pública desempenha papel fundamental na geração de empregos formais nos municípios de Varre-Sai (64%), São José de Ubá (63%), Laje do Muriaé (60%) e Natividade (50%) (Sebrae, 2015).

Analisando a região pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD),⁴ percebe-se que todos os municípios da região apresentam índices inferiores ao do estado do Rio de Janeiro, muito embora tenha havido uma melhora no período de 1991 a 2010.

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: estado do Rio de Janeiro e municípios do Noroeste Fluminense. *Ranking* do IDHM nos anos de 1991, 2000 e 2010

	IDHM 1991	<i>Ranking</i> 1991	IDHM 2000	<i>Ranking</i> 2000	IDHM 2010	<i>Ranking</i> 2010
Estado do Rio de Janeiro	0,573		0,664		0,761	
Aperibé	0,483	46°	0,62	30°	0,692	64°
Bom Jesus do Itabapoana	0,49	43°	0,625	26°	0,732	22°
Cambuci	0,464	58°	0,599	51°	0,691	65°
Italva	0,462	61°	0,561	73°	0,688	68°
Itaocara	0,497	35°	0,627	19°	0,713	41°
Itaperuna	0,511	26°	0,624	28°	0,73	23°
Laje do Muriaé	0,435	73°	0,561	73°	0,668	78°
Miracema	0,502	30°	0,615	37°	0,713	41°
Natividade	0,481	50°	0,626	23°	0,73	23°
Porciúncula	0,464	58°	0,572	69°	0,697	60°
Santo Antônio de Pádua	0,493	37°	0,611	44°	0,718	35°
São José de Ubá	0,416	78°	0,542	85°	0,652	88°
Varre-Sai	0,385	88°	0,522	88°	0,659	83°

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é medido pelos indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Esse índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento humano do município. As faixas de desenvolvimento humano variam entre muito alto e muito baixo: muito alto (0,800-1,000); alto (0,700-0,799); médio (0,600-0,699); baixo (0,500-0,599) e muito baixo (0,000-0,499).

Em 1991, Itaperuna apresentava o IDHM mais elevado dos municípios da região (0,511). Em 2010, o IDHM mais elevado era o de Bom Jesus do Itabapoana (0,732) e o mais baixo era o de São José de Ubá, com 0,652. No ranking municipal de 2010 disponibilizado pelo PNUD, nenhum município da região Noroeste ocupou os primeiros lugares; somente Bom Jesus do Itabapoana alcançou o 22º lugar, seguido por Natividade e Itaperuna, ambos no 23º lugar. Entre os mais baixos no ranking municipal, estão São José de Ubá (88º) e Varre-Sai (83º). Assim, nesse contexto de baixo dinamismo econômico, Itaperuna é o município que mais contribui para o desenvolvimento da região (Cruz, 2007; Lumbreras, 2010), destacando-se na extensão territorial, na concentração da população e em relação ao Produto Interno Bruto regional (PIB), com forte presença do setor de serviços (IBGE, 2010), o que se pode constatar pela concentração de empregos formais, sendo esse setor o maior empregador, com 8.180 empregos diretos em 2010.

Em 1991, o setor de comércio era responsável por 1.623 empregos, passando para 2.711 em 2000 e, após, em 2010, aumentando a oferta para 5.572. Vale destacar que a geração de empregos formais no setor da indústria teve sua participação aumentada entre 1991-2010. O setor de agropecuária teve crescimento no estoque de empregos formais entre 1991 e 2000, mas permaneceu praticamente inalterado de 2000 até 2010, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 5. Empregos formais por setores de atividade econômica no município de Itaperuna (1991, 2000 e 2010)

Setores de Atividade Econômica	1991	2000	2010
Indústria	1.636	2.603	3.817
Construção civil	234	263	826
Comércio	1.623	2.711	5.572
Serviços	3.524	3.355	8.180
Agropecuária	51	654	656

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho.

Na região, Itaperuna é o município que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos: melhor PIB *per capita*, menor percentual de pobres e maior renda domiciliar *per capita* (Sebrae, 2015). O município também é referência na oferta de serviços, tanto na área de saúde (a cidade conta com o Hospital São José do Avaí, que realiza mais de dez mil atendimentos por mês e emprega diretamente mais de seiscentas pessoas)⁵ como no setor de serviços educacionais, abrigando universidades como a Redentor, a Fundação Universitária de Itaperuna (Funita), a Faculdade de Filosofia de Itaperuna (Fafita) e o consórcio Cederj. Além disso, Itaperuna oferece diversos serviços urbanos, o que confere

⁵ Dados extraídos do *site* do Hospital São José do Avaí. Disponível em: <http://www.hsja.com.br/>. Acesso em: 24 de ago. 2015.

ao município posição de destaque na rede urbana fluminense, já que “sua área de atuação extravasa os limites estaduais, exercendo influência sobre municípios capixabas e mineiros” (Ribeiro, 2012, p. 7), ao lado da influência regional no Noroeste-Norte fluminense.

4. Perspectivas de uma região em mudança?

Os dados apurados demonstram que a região Noroeste Fluminense apresenta um dinamismo relativamente fraco, o que resulta, entre outros fatores, na menor taxa de crescimento populacional entre as regiões do estado e em sua baixa participação no PIB estadual. Como assinalado, o município de Itaperuna desempenha papel de centro regional, com destaque para sua extensão territorial, a concentração da população regional e a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) regional. Também é digna de nota a diversificação de suas atividades econômicas, especialmente na oferta de serviços de saúde e educação.

De modo geral, a literatura sobre o ERJ vem apontando para uma recuperação da participação do setor industrial no contexto nacional (Oliveira apud Siqueira, 2015). No entanto, assinala-se o caráter concentrador da distribuição das atividades econômicas no ERJ, já que, entre 2000 e 2010, a melhora mais significativa na área de emprego nas indústrias ocorreu, principalmente, no Norte fluminense, no Médio Paraíba e nas Baixadas Litorâneas (Medeiros Júnior, 2013).

Por um lado, há que se ter sempre em mente o peso da Região Metropolitana, não só em relação à sua histórica concentração política e econômico-social, como também na projeção dos investimentos que se delineiam na atualidade. Com base nisso e tomando-se os estudos da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Silva Neto e Rocha (2014) analisaram o impacto dos investimentos na dinâmica de emprego nas regiões do ERJ. Os autores apontaram que os investimentos – previstos ou em andamento – apresentam forte tendência à concentração na Região Metropolitana do ERJ, o que poderia indicar uma perda de importância relativa do interior e uma “reconcentração no entorno da capital” (p. 11). No que se refere ao emprego formal, prossegue o estudo:

As regiões do interior do ERJ que mais contribuíram para a geração de empregos no período analisado [...] foram as regiões: Norte, Médio Paraíba, Serrana e, com expressivo crescimento, Baixadas Litorâneas. As regiões Costa Verde, Centro-Sul Fluminense e Noroeste continuam apresentando pouco dinamismo econômico e pequena capacidade de geração de novos postos de trabalho frente às demais regiões do Estado (Silva Neto e Rocha, 2014, p. 13).

Desse modo, o papel do Noroeste Fluminense no contexto das transformações territoriais faz emergir o debate a respeito das perspectivas de desenvolvimento e da capacidade de reversão do quadro de baixo dinamismo econômico pelo qual a região tem passado, bem como seu papel num contexto regional mais amplo, próximo daquilo que Cruz (apud Siqueira, 2015) chamou de “grande região fluminense de produção petrolífera”, englobando o Norte-Noroeste Fluminense e as Baixadas Litorâneas.

Existem três aspectos que consideramos importantes para a análise do NOF numa perspectiva que seja capaz de englobar diferentes escalas geográficas. Em primeiro lugar, historicamente, o NOF

foi relegado a um papel secundário nos planejamentos regionais, o que tem trazido uma marca de periferização em relação ao Norte fluminense e, recentemente, foi reforçado pelo efeito polarizador do complexo petrolífero do NF em relação aos atuais investimentos no setor portuário (Costa, 2012).

A observação das transformações – e permanências – por que tem passado o NOF nos leva ao segundo aspecto: a escala a ser privilegiada nos processos e nas expectativas de desenvolvimento socioespacial. Olhando-se por uma perspectiva interna, é preciso ter em mente os avanços setoriais, tanto no que se refere a certas atividades econômicas e ao destaque dado a certos municípios da região (Sebrae, 2015; Andrade, 2001) como no que diz respeito às melhorias em alguns indicadores sociais, como, por exemplo, o IDH. Da mesma forma, vale ressaltar, conforme estudo de Costa (2012), que, entre os anos 2000 e 2010, houve melhora na dinâmica demográfica da região, com aumento significativo da população com idade acima dos 25 anos, o que pode significar maior capacidade de fixação da população mais jovem na região. Por outro lado, a identificação e a análise dos desafios e a capacidade de projeção de uma “visão do futuro” da região (Firjan, 2015) encontram seus limites na própria capacidade da escala local de promover processos duradouros de transformação socioespacial. Embora se reconheça que o município apresenta amplo escopo de atuação como implementador de políticas públicas, cabe dispensar a devida atenção ao estudo recente de Siqueira (2015), que, ao analisar o caso do NOF, afirma que há um esgotamento daquela concepção localista de valorização excessiva das *vocações* internas como elemento capaz de deflagrar processos de desenvolvimento. Cada vez mais, segundo Siqueira, a perspectiva deve ser transescalar e pensada em função de um projeto nacional de desenvolvimento (que, portanto, extrapole os limites locais), com ênfase para as políticas regionais numa perspectiva cooperativa, integrada às diversas escalas do território e sob a coordenação do governo federal (Siqueira, 2015).

Por fim, mas não menos importante, verifica-se que, atualmente, há um elemento político e econômico representado pela acentuada queda nas receitas dos *royalties* do petróleo, pela redução drástica dos investimentos da Petrobras na bacia de Campos e nos efeitos deletérios que isso tem significado para o orçamento municipal e para a futura dinâmica do ERJ e das regiões em destaque. Diferente do caso do Norte fluminense, o NOF não possui municípios que figurem como grandes recebedores de *royalties* e de participações especiais do petróleo, portanto não compartilham da situação de municípios que têm suas receitas baseadas, majoritariamente, nessa fonte de recursos.⁶ Se, por um lado, isso significa menor disponibilidade de capitais, por outro, também representa melhores perspectivas de gestão fiscal e financeira, além de menor dependência em relação a um recurso finito e sujeito à oscilação internacional (como, por exemplo, aquelas que, atualmente, ocorrem em função da queda dos preços internacionais do barril do petróleo).

⁶ A título de comparação, de acordo com o site [inforoyalties](http://inforoyalties.ucam-campos.br/) (<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>), o maior recebedor de *royalties* e participações especiais do ERJ é Campos dos Goytacazes. Itaperuna ocupava a 42ª posição num *ranking* de 2014 entre os 87 municípios do ERJ que têm direito a esses recursos. No entanto, como demonstram os “Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro”, disponibilizado pelo TCE-RJ, em 2013 os *royalties* representavam 55,7% da composição das receitas correntes do município de Campos, contra 6,5% para Itaperuna.

Nesse sentido, cabe pensar, nesta parte final, nas perspectivas para o desenvolvimento em nível regional a partir de alguns indicadores e elementos atuais. Falar em *perspectivas* significa ingressar em uma seara difícil, em função dos inúmeros fatores que intervêm, em maior ou menor intensidade, nessa esfera. Não sem motivo, em duas ocasiões, Cruz (2007 e 2013), se referiu a *desafios* no que se refere a desenvolvimento, tanto em escala regional (NOF) como em nível estadual (ERJ).

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “A evolução do espaço agrário fluminense”. *GEOgraphia*, ano 7, n. 13, 2005.
- ANDRADE, Maria Alice A. *Transformações em curso no perfil econômico e socioespacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no Noroeste Fluminense* (dissertação). UFRJ, 2001.
- BINSZTOK, Jacob. “Crise e construção de uma nova ordem territorial no estado do Rio de Janeiro”. *GEOgraphia*, ano 1, n. 2, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- COSTA, Luciana Machado da. *Noroeste Fluminense: integração, diferenciação e fragmentação* (dissertação). Universidade Candido Mendes, 2012.
- CRUZ, José Luis Vianna da. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte fluminense* (tese). UFRJ, 2003.
- . “Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos”. *Vértices*, v. 9, n. 1-3, jan.-dez. 2007.
- . “Os desafios da construção do desenvolvimento no Rio de Janeiro”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 2, jul. 2013.
- DAVIDOVICH, Fany. “Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro”. *Cadernos Metrópole*, n. 6, 2º sem. 2001, pp. 67-77.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. “A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A luta pela desfusão no atual estado do Rio de Janeiro”. *Revista Geo-paisagem*, ano 4, n. 8, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Luta.htm>. Acesso em: 08 set. 2015.
- FAURÉ, Yves A. e HASENCLEVER, Lia (orgs.). *O desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro: quatro estudos exploratórios no interior fluminense*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.
- e — (orgs.). *O desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.
- et al. (orgs.). *Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios de crescimento do interior*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Rio de Janeiro: contradições e ajustes de um espaço desigual”. In PIRES, G. A. e COELHO, M. C. N. (orgs.). *Percursos geográficos*. Rio de Janeiro: Lamparina/PPGG/UFRJ, 2009.
- GOMES, Louyse Martins et al. “Análise da cobertura florestal da Mata Atlântica por município no estado do Rio de Janeiro”. XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. *Anais...* Natal, 25-30 de abril de 2009, pp. 3.849-57.
- GONÇALVES, Mônica Athayde. *Conhecimento e cidadania: um estudo sobre a construção da consciência ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável* (dissertação). Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2008.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 1º maio 2015.
- LEMO, Linovaldo Miranda e RODRIGUES, Rejane C. de A. “Logística portuária e integração do território fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 5, jul. 2014, pp. 31-44.
- LESSA, Carlos. *Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LIMONAD, Ester. “Rio de Janeiro, uma nova relação capital-interior?”. In LIMONAD, Ester et al. (orgs.). *Brasil, século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Niterói: Max Limonad, 2004, pp.78-92.
- LUMBRERAS, Marlúcia Junger. “Nordeste Fluminense: da estagnação a novas oportunidades?”. In SANTOS, Angela Moulin S. Penalva et al. (orgs.). *Rio de Janeiro: um olhar socioespacial*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010, pp. 317-35.
- MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: Negef, 2003, v. 1. 251p.
- . *Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
- . *Revisitando o território fluminense IV*. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2012. 312p.
- . *Revisitando o território fluminense III*. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, 2010. 354p.
- . *Revisitando o território fluminense II*. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, 2008. 332p.
- MEDEIROS JUNIOR, Hélcio de. “Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9059/6937>. Acesso em: 13 set. 2015.
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- MOTTA, Marly. “Rio de Janeiro versus Rio de Janeiro: o lugar da capital no cenário político fluminense”. In GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, pp. 175-96.
- NEVES, Delma Pessanha. “Norte fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas”, *Revista Rio de Janeiro*, n. 18-19, jan.-dez. 2006, pp. 9-38. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-1-Delma_Pessanha.pdf. Acesso em: 24 set. 2015.

- OLIVEIRA, Alberto et al. “Crescimento econômico, desigualdade e condições de vida: estudo do interior fluminense nos anos 90”. *Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 13, n. 4, out.-dez. 2004, pp. 533-65.
- OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. et al. “Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas”. IV Encontro Nacional de Migração, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST5-4.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. “Uma nova urbanização no espaço regional: a lógica não metropolitana da cidade-região no estado do Rio de Janeiro”. *Scripta Nova*, v. IX, n. 194 (109), 1º ago. 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-109.htm>. Acesso em: 2 maio 2014.
- PINHEIRO, Armando Castelar e VELOSO, Fernando (orgs.). *Rio de Janeiro: um estado em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- RIBEIRO, Luís César de Queiroz. “As necessidades do planejamento urbano para o estado do Rio de Janeiro”. *Revista de Economia Fluminense*, ano VII, n. 14, out. 2013.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. “Transformações socioeconômicas e mudanças nas redes de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007)”. *Espaço e Economia*, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/131>. Acesso em: 5 out. 2015.
- e MARAFON, Glaucio José. *A metrópole e o interior fluminenses: simetrias e assimetrias geográficas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
- RUA, João. “As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais”. In MARAFON, Glaucio et al. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 271-98.
- SEBRAE. *Painel regional: Noroeste Fluminense*. Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Augusto César Pinheiro da. “A produção acadêmica sobre a gestão do território no Estado do Rio de Janeiro: o projeto Faperj 2008-2011 no GETERJ da PUC-Rio”. *Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio*, ano 4, n. 7, 2. sem. 2011.
- . “As estratégias de modernização do espaço rural fluminense: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro”. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, pp. 92-122, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11786/8292>. Acesso em: 24 set. 2015.
- . “Gestão e território: o caso da empresa Fleishmann & Royal no Noroeste Fluminense”. *Revista Território*, ano II, n. 3, jul.-dez. 1997, pp. 53-75.
- SILVA NETO, Romeu e ROCHA, Maria das Dores. “Avaliação dos impactos dos grandes projetos de investimentos na dinâmica do emprego formal no estado do Rio de Janeiro”, *Espaço e Economia*, dez. 2014. Disponível em: <http://wspacoeconomia.revues.org/1345>. Acesso em: 12 jun. 2015.

- SIQUEIRA, Fábio G. Viana. *Noroeste Fluminense: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento* (dissertação). Universidade Cândido Mendes, 2015.
- SOFFIATI, Arthur. “Florestas, pererecas e peixinhos”, *Revista Visão Socioambiental* [on-line]. Disponível em: http://www.visaosocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1. Acesso em: 21 set. 2015.
- TCE/RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- URANI, André. *Trilhas para o Rio: do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.
- e GIAMBIAGI, Fabio (orgs.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.
- VAINER, Carlos B. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. Encontro Nacional da ANPUR, 9, 2001. *Anais...* Disponível em: <http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/88/showToc>. Acesso em: 25 set. 2015.